

POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA IDOSOS DA ÁREA RURAL DA PRAIA DE CAMPINA-PB: COMO ACESSAR?

Autoras: Edijane Nunes Valentim; Nilsonete Lucena Gonçalves Ferreira

Faculdade Internacional da Paraíba - FPB, contato@fpb.edu.br

Resumo: O envelhecimento populacional adentrou na agenda das políticas públicas como uma tarefa difícil de se resolver, por se tratar de um público inativo, dependente de acolhimento, e causando despesas a seguridade social. Em se tratando do público idoso rural, onde envolve a desigualdade social, independente de gestão e território o idoso tem por direito o acesso a políticas públicas e assegurando assim, seus direitos enquanto cidadão. Conforme Couto (2010) os direitos instituídos na Constituição Federal de 1988 deu prioridade a zona urbana, chegando a zona rural tardiamente o que talvez pode ser o caso da população idosa da referida comunidade. Pois a população idosa em tela, faz parte de um território pouco conhecido na área acadêmica fazendo-se necessário identificar como eles acessam política de assistência social. O estudo teve como objetivo verificar como os idosos da Praia de Campina do município de Rio Tinto-PB acessam os serviços, programas e projetos da política de assistência social oferecido à pessoa idosa na referida comunidade. Na metodologia utilizou-se como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada através de um questionário elaborado pela autora. Resultados e discussões: verificou-se que 100% dos idosos entrevistados desconhecem a política de assistência social; políticas públicas para idosos; desconhecem seus direitos como idosos; programas e serviços na comunidade para idosos; só 65% deles identificam benefícios da assistência social; melhoria na comunidade 45% responderam centro de lazer;15% transporte para idosos irem para a cidade;30% melhoria na assistência na saúde; 10% não responderam quais as melhorias. Durante a pesquisa a autora não encontrou programas e serviços essenciais a população idosa no meio rural, e nenhuma divulgação dessa política no território, de modo que segundo o Estatuto do Idoso, art. 9cap. I é obrigação do Estado garantir a pessoa idosa a proteção a vida e a efetivação de políticas sociais, que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Palavras chaves: Assistência Social, Idosos, Envelhecimento, Meio Rural.

Introdução

De acordo com Sposati (2010) a política de assistência social, foi regulamentada como política pública de assistência na Lei Orgânica de Assistência social (LOAS de nº8.742/93), com o objetivo de regulamentar a assistência social, enquanto direito do cidadão, e dever do Estado, de garantir assistência pública à população. A referida pesquisa buscou identificar o acesso da política de assistência social a pessoa idosa da comunidade praia de Campina, que está localizado na Zona Rural a 24 km do município de Rio Tinto-PB.

Mediante leituras, a assistência ao idoso na área rural é consistentemente menor que ao idoso da área urbana, e quando se trata de envelhecimento rural, enquanto cenário de estudo, é sem dúvida um desafio. (MORAES 2008)

O estudo teve como objetivo verificar como os idosos da Praia de Campina do município de Rio Tinto-PB acessam os serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social oferecido à pessoa idosa na comunidade em tela

Conforme, Couto (2010) os direitos instituídos na Constituição Federal de 1988 deu prioridade a zona urbana, chegando a zona rural tardiamente o que talvez pode ser o caso da população idosa da referida comunidade. Pois a população idosa em tela, faz parte de um território pouco conhecido, e de acordo com o embasamento teórico da Política de Assistência Social, esse grupo de idosos é um público vulnerável aos benefícios sociais e se faz necessário pesquisar identificar como eles acessam Política de Assistência Social.

A pesquisa teve como problemática a exclusão social dos idosos da comunidade rural de praia de Campina-PB dentro da Política de Assistência Social no território. E qual a dificuldade da inclusão social dos idosos em tela nos programas e serviços da Política de Assistência Social?

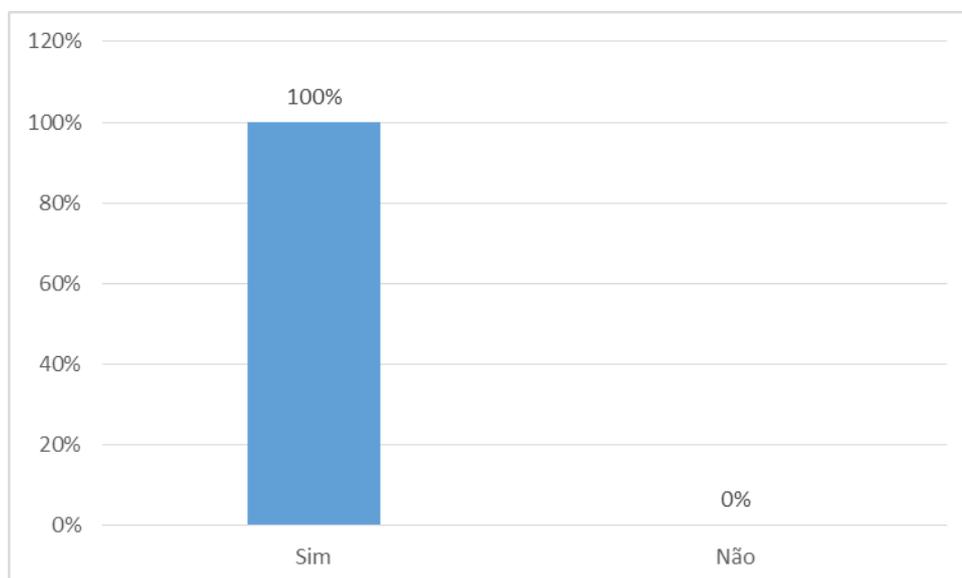
Metodologia

De acordo com Gil (2010) quanto a fonte de informação teve como método a princípio a pesquisa bibliográfica e em seguida pesquisa de campo, para se ter uma melhor aproximação com o público participante, descritiva e de caráter exploratório de modo que esse tipo de pesquisa é realizado com finalidade de melhor compreensão dos fatos. Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados, entrevistas semiestruturadas e questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, que foi desenvolvida *in loco*, na residência de cada idoso; O tratamento e análises dos dados da pesquisa foram apresentados em forma de gráficos.

Resultado.

O resultado da pesquisa realizada com os idosos rurais da Praia de Campina Rio Tinto-PB, mediante entrevista com os participantes os quais deram a entender que não há inclusão social dos idosos porque não há divulgação da Política de Assistência Social para eles. O que implica dizer que é ineficácia de gestão das políticas públicas na comunidade rural Praia de Campina.

O gráfico abaixo mediante pesquisa com um número de 20 idosos mostra como os idosos são fragilizados quanto ao conhecimento da política de Assistência Social.



FONTE: Área Rural Praia de Campina RIO TINTO-PB

Gráfico 1: O Sr° (a). Conhece a política de assistência social do seu território?

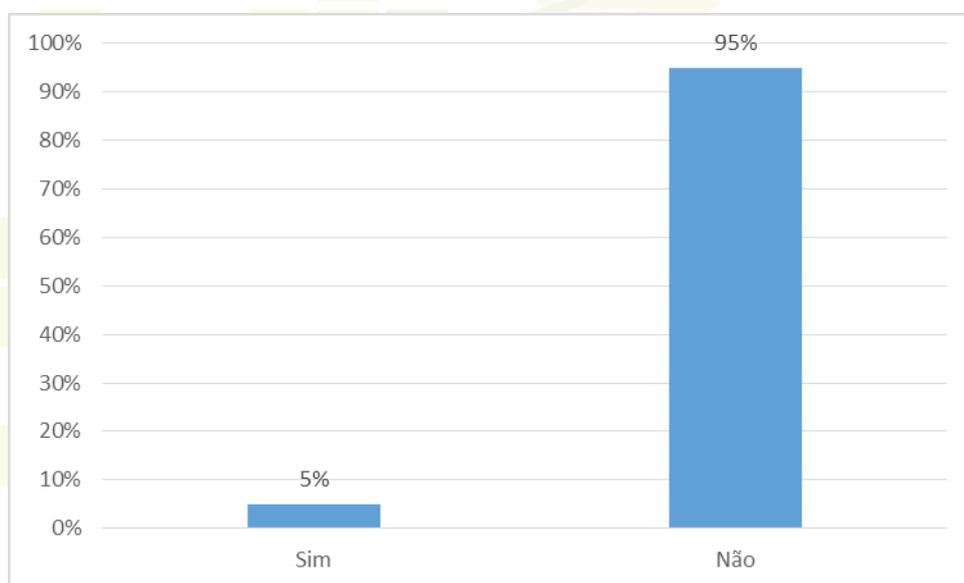
O gráfico 1 apresenta um resultado preocupante pois a assistência social é uma política de direito para a população que foi regulamentada em 1993 pela LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, em 2004 ganhou sua autonomia enquanto política, e a descentralização dos serviços sócio assistenciais nos municípios. Que passa a ser gerida pelo SUAS/NOB Sistema único de Assistência Social junto com a NOB norma operacional básica veio dá um novo norte a política de assistência social (COUTO, 2014).

De acordo, com Paiva (2014) o Serviço Social adentrar ao meio rural é um desafio contemporâneo, teórico-metodológico no sentido de inserir uma discussão pouco estudada que é o envelhecimento em sua totalidade social. Tentando romper com concepções que limitam o acesso das políticas públicas ao sênior da zona rural, que mais de uma década de implementação da (PNI) Política Nacional do Idoso, os idosos rurais são praticamente invisíveis.

O gráfico acima mostra o mesmo resultado quanto a política do idoso, 100% dos deles responderam que não tem conhecimento da política do idoso, em conformidade com a Lei Federal nº 8842/94 que determina a Política Nacional do Idoso (PNI), e tem sua regulamentação em 96 com o Decreto de nº 1948, de 03 de julho de 1996. Que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso criando condições para prover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e considerando o idoso a pessoa maior de 60 anos (BRASIL, 2004).

A mesma porcentagem de idosos participantes responderam que não há programas sociais voltados para pessoa idosa na comunidade rural Praia de Campina, o Estatuto do Idoso vem dizer em Art. 1º que é instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e no cap. VIII da Assistência Social, aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes (BRASIL, 2004).

O gráfico a seguir apresenta se os idosos entrevistados têm conhecimento dos seus direitos enquanto pessoa idosa,



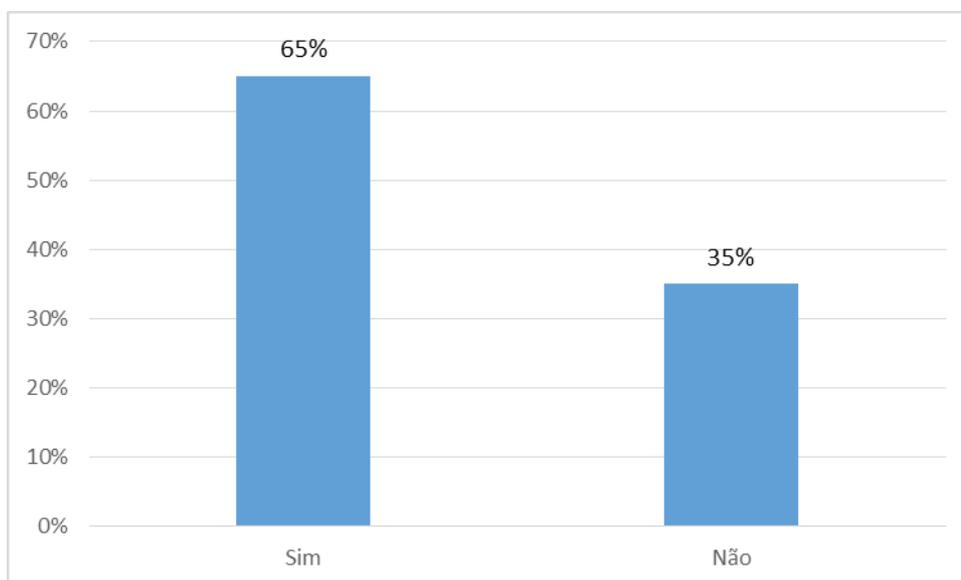
FONTE: Área rural Praia de Campina RIO TINTO-PB

Gráfico 3: O Srº (a) conhece os seus direitos enquanto Pessoa Idosa (a)?

Conforme, Couto (2010) um marco histórico para a sociedade brasileira foi a Constituição Federal de 1988, que institui a ampliação dos direitos sociais a população brasileira, onde a Assistência Social ganhou o estatuto de política social. Foi regulamentada como política pública de assistência na Lei Orgânica de Assistência social (LOAS de nº8.742/93), com o objetivo de regulamentar a assistência social enquanto direito do cidadão, e dever do Estado de garantir assistência pública a população.

É a partir da Lei Orgânica de Assistência Social que confere os direitos da pessoa idosa, e 95% dos participantes da pesquisa responderam não ter conhecimento dos seus direitos enquanto cidadão idoso, significa dizer que o município precisa divulgar os serviços sócio assistências da PNAS Política Nacional de Assistência Social no território, enfatizando o respeito a pessoa idosa.

O gráfico abaixo apresenta que a política de Assistência Social se faz presente na comunidade através do benefício oferecido aos trabalhadores rurais.



FONTE: Área Rural Praia de Campina Rio Tinto-PB

Gráfico 6: O Sr° (a) recebe algum

benefício da Política Nacional de Assistência Social enquanto pessoa idosa?

Dos participantes da pesquisa 65% recebe o FUNRURAL que é Fundo de Assistência ao trabalhador rural e faz parte do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), no caso do público entrevistado, 65% recebem o benefício de aposentadoria por velhice, instituído no 2º art. (BRASIL, 1971).

Conclusão:

A pesquisa com os idosos da área rural da praia de Campina, Rio Tinto-PB com o título **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA IDOSOS RURAIS DA PRAIA DE CAMPINA RIO TINTO-PB: COMO ACESSAR?** Está em andamento em processo de conclusão. Até o momento foi feita a pesquisa mediante questionário e entrevista semiestruturada onde se tem um sentido amplo de aproximação com os participantes da pesquisa. (GIL, 2010)

A coleta de dados foi realizada com uma amostra de 20 idosos dos 60 idosos do total da população idosa da comunidade citada a cima, onde responderam um questionário contendo dez questões abertas e fechadas. Foi observado que 100% do público participante da pesquisa responderam que não tem conhecimento da política de assistência social no território, da política do idoso, e que não há nenhum programa social voltado para os idosos da comunidade.

Durante a pesquisa a autora não encontrou programas e serviços essenciais a população idosa no meio rural, e nenhuma divulgação dessa política no território, de modo que segundo o

Estatuto do Idoso, art. 9 cap. I é obrigação do Estado garantir a pessoa idosa a proteção a vida e a efetivação de políticas sociais, que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. O que implica dizer que não há inclusão social dos idosos em tela nos programas e serviços da Política de Assistência Social no território, os idosos não têm conhecimento da política que direciona seus direitos sociais.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS/PNAS. Brasília, 2004.

BRASIL. Brasília, 25 de maio de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

COUTO, Berenice. **O direito Social e a Assistência Social Brasileira: uma equação possível?** – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice (et al.) **O sistema de assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. - 4. ed. - São Paulo Cortez, 2014

GIL Antônio Carlos 1946-**como elaborar Projetos de pesquisa**. – 5ºed.- São Paulo Atlas, 2010.

MORAIS, Eliane Pinheiro de; RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; GERHARDT, Tatiana Engel. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto contexto - enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 374-383, jun. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>. >. Acessos em 10 out. 2016

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo **Envelhecimento saúde e Trabalho no tempo de Capital**. – 1. Ed. – são Paulo: Cortez, 2014